



HETERARQUIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: a agenda política do Movimento Todos Pela Educação e do GIFE

Elainy Paula Viturino Braz¹

Inalda Maria dos Santos²

Nélida Fernanda Inácio da Silva³

RESUMO

As reformas educacionais direcionadas pelo empresariado brasileiro geram conflitos e mudanças na gestão da educação pública, apresentando sentidos políticos e econômicos de como os processos de privatização defendem um modelo de governança pública. O texto objetiva compreender os fundamentos teórico-ideológicos que orientam a governança da educação pública brasileira protagonizada pelo GIFE e o Movimento Todos Pela Educação. A metodologia está pautada em uma perspectiva crítico-reflexiva, por meio da abordagem qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos a análise de conteúdo e a pesquisa bibliográfica. Como apontamentos, foi possível perceber a coalização do empresariado por meio da representação do Todos Pela Educação e do GIFE na defesa de um projeto de educação global no Brasil, em que as mudanças efetivadas orientam os sistemas de ensino a seguir modelos de sua rede de parceiros, que reafirmam a mercantilização e/ou privatização da educação pública por meio de programas e projetos que recomendam a filantropia para solucionar os déficits educacionais.

Palavras-chave: Governança da educação. Movimento Todos Pela Educação. GIFE.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) membro do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE/CNPq- UFAL). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-0757-8425>. E-mail: elainybraz@gmail.com.

² Doutora em Educação Pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas (Campus- A.C. Simões), líder do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE/CNPq- UFAL). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5520-2668>. E-mail: inalda.santos@cedu.ufal.br.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL), membro do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE/CNPq- UFAL). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7849-5435>. E-mail: nelida.silva@cedu.ufal.br.

HETERARCHIZATION AND GOVERNANCE OF BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION: the political agenda of the All for Education Movement and GIFE

ABSTRACT

The educational reforms directed by the Brazilian business community generate conflicts and changes in the management of public education, presenting political and economic meanings of how the privatization processes defend a model of public governance. The text aims to understand the theoretical-ideological foundations that guide the governance of Brazilian public education led by GIFE and the All for Education Movement. The methodology is based on a critical-reflexive perspective, through a qualitative approach, having content analysis procedures, educational policy documents, and bibliographic research. As noted, it was possible to perceive the coalition of the business community through the representation of Todos Pela Educação and GIFE in the defense of a global education project in Brazil, in which the changes made guide the education systems to follow models of their network of partners, which reaffirm the commodification and/or privatization of public education through programs and projects that recommend philanthropy to solve educational deficits.

Keywords: Governance of education. All for Education Movement. GIFE.

2

HETERARQUIZACIÓN Y GOBERNANZA DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA BRASILEÑA: la agenda política del Movimiento Todos Pela Educação y del GIFE

RESUMEN

Las reformas educativas dirigidas por empresas brasileñas generan conflictos y cambios en la gestión de la educación pública, presentando sentidos políticos y económicos de cómo los procesos de privatización defienden un modelo de gobernanza pública. El texto tiene como objetivo comprender los fundamentos teórico-ideológicos que guían la gobernanza de la educación pública brasileña liderada por el GIFE y el Movimiento Todos Pela Educação. La metodología se fundamenta en una perspectiva crítico-reflexiva, a través de un enfoque cualitativo, teniendo como procedimientos metodológicos el análisis de contenido y la investigación bibliográfica. Como se señala, fue posible percibir la coalición de empresarios a través de la representación de Todos Pela Educação y GIFE en la defensa de un proyecto educativo global en Brasil, en el que los cambios realizados orientan los sistemas educativos a seguir modelos de su red de socios, que reafirman la mercantilización y/o privatización de la educación pública a través de programas y proyectos que recomiendan la filantropía para resolver los déficits educativos.

Palabras clave: Gobernanza educativa. Movimiento Todos por la Educación. GIF.

INTRODUÇÃO

A partir do contexto de privatizações da educação pública brasileira, é possível afirmar um novo estágio de reconfiguração do espaço público, em que o empresariado tem sido fortalecido no cenário político educacional em sua capacidade de executar mudanças nos governos (aparelho administrativo) (Martins; Krawczyk, 2018). Essa organização do empresariado em torno da educação pública combina “[...] movimentos históricos, estruturais e tendências do capital [como] características particulares do bloco histórico neoliberal” (Motta; Andrade, 2020, p. 67) para organizar os sistemas de ensino conforme as agendas políticas tidas como urgentes para o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

A organização do empresariado brasileiro atuante na educação pública tem sido protagonizada por dois grandes representantes, o Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (GIFE) e o Movimento Todos Pela Educação, instituições que visam efetivar um pacto social com a sociedade civil para organizar as políticas educacionais e sistemas de ensino conforme as prerrogativas de um projeto global para educação, este, por sua vez, orientado pelos organismos internacionais (Todos Pela Educação, 2023). Segundo Silva, Silva e Santos (2020), para se compreender as reformas educacionais em vigência no Brasil, faz-se necessário atentar ao processo de globalização e os novos rumos das políticas educacionais, a partir da influência dos organismos internacionais nas tentativas de manutenção da hegemonia cultural e política.

Em virtude disto, o processo de globalização, ao interferir na gestão pública da educação, opera uma coalização de padrões de aprendizagem, em que os membros representantes do Estado (governos) atuam em prol dos interesses privados na defesa da governança, esta como um espaço de conciliação e mobilização da filantropia no governo mundial (Avelar; Ball, 2017). Tal governança estabelece diversos pactos sociais com o empresariado brasileiro para formar uma rede de filantropia/colaboração em torno da educação pública, visando objetivos de desenvolvimento na

Agenda de 2030, esta direcionada pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) (Gife, 2023).

Embora haja descontinuidades na política educacional brasileira, podemos observar a governança da educação em alguns pontos que indicam a continuidade e a coerência dos interesses do empresariado nas reformas educacionais executadas, haja vista que vêm sendo adotadas em diversos estados e municípios brasileiros reformas nas políticas educacionais realizadas por uma vasta rede de parcerias (Shiroma; Evangelista, 2014). Essa rede de parceria é o objeto de estudo do presente artigo, o qual visa compreender os fundamentos teóricos-ideológicos que orientam a governança da educação pública brasileira protagonizada pelo GIFE e o Movimento Todos Pela Educação.

A pesquisa é caracterizada como de natureza qualitativa e obteve resultados de estudos bibliográficos e análise de documentos de política educacional (Evangelista; Shiroma, 2018), tais como normativas, manuais, orientações, documentos legais e notícias encontrados em sites oficiais do Movimento Todos Pela Educação e do GIFE sobre a educação brasileira. Para tratamento dos dados analisados nos documentos de políticas educacionais, optamos pela análise de conteúdo (Bardin, 2016) aliado aos procedimentos orientados por Evangelista e Shiroma (2018), os quais levam em consideração o contexto histórico em que foram produzidos os documentos de política para desconstrução dos interesses hegemônicos envolvidos na implementação das ações no sistema educacional.

Além desta introdução, o presente texto é dividido em duas partes que se complementam e as considerações finais. A primeira parte trata dos estudos bibliográficos sobre os conceitos de heterarquização e governança da educação pública brasileira. Já a segunda parte, por sua vez, aborda como representantes do empresariado brasileiro, como o Todos Pela Educação e o GIFE, são os principais agentes de governança da educação pública ao reunir uma ampla rede de parceiros atuantes nos sistemas de ensino.

Heterarquização e governança da educação pública brasileira

A educação é uma totalidade social que, ao mesmo tempo, é determinada e torna-se determinante das relações sociais e de produção da sociedade capitalista, a qual configurando-se como elemento decisivo na manutenção da hegemonia burguesa e para amenizar as contradições imanentes entre capital e trabalho (Evangelista; Shiroma, 2018). Assim, consideramos que a educação pública é atravessada por relações burguesas, a fim de pensar e forjar um tipo de formação humana adequada às demandas do capital e apta a consolidar “um projeto de educação” que colabore com recomposição e/ou sustente a hegemonia burguesa nos momentos de crises econômicas e políticas (Cêa, 2017).

Segundo Adrião (2018, p. 20), a educação pública no Brasil é de titularidade do Estado (em sentido estrito), e ainda que possa ser “compartilhado” com a iniciativa privada, tal compartilhamento de serviços educacionais depende de forma direta da concessão do Estado e de sua fiscalização. Desta forma, a autorização do setor privado em fazer parte da educação pública advém de uma decisão tomada pelo próprio Estado, em que os governos autorizam e até buscam esse “compartilhamento da gestão pública” sob a justificativa de solucionar as principais questões da educação pública, que são impeditivos para ampliação dos lucros das grandes corporações capitalistas (Neto, 2018).

A ideia de compartilhar e/ou flexibilizar as ações do Estado são tidas com mais notoriedade ao longo dos processos de globalização realizados no século XXI, em que a desregulação se torna evidente por parte dos governos ao permitir que empresas privadas atuem na educação, seja por meio de concessões ou parcerias público-privadas (Leher, 2003). Isto significa que as mudanças nos instrumentos legais são uma forma de permitir que os governos busquem e, até mesmo em alguns casos, incentivem as parcerias público-privadas na gestão da educação pública (Adrião, 2018; Inácio da Silva; Santos, 2022).

A flexibilização das políticas públicas surge no Brasil em 1995 - no governo FHC -, com a promulgação do Plano Diretor da Reforma do

Aparelho do Estado (PDRAE) (Brasil, 1995), o que prediz a governança como forma de aumentar a capacidade dos governos para gerir, de forma eficiente, os serviços públicos não prioritários ao controle do Estado, tais como saúde, educação e assistência social (Brasil, 1995). Neste Plano, a governança fica restrita aos serviços não exclusivos do Estado (educação, saúde, habitação, assistência social), tendo o objetivo de “[...] transferir para o setor público não-estatal esses serviços, através de um programa de publicização” (Brasil, 1995, p. 59), que aumentaria a eficácia do setor público, mantendo o Estado somente como regulador dessas atividades (Reis, 2013; Inácio da Silva, Santos, 2022).

Nos governos posteriores, Peroni e Caetano (2016, p. 411) afirmam a continuidade dessa perspectiva gerencial nos “[...] governos Lula (2003- 2006; 2007-2010) com os planos que justificaram a Lei 11.079/ 2004”, que regulamentam as ações de Parcerias Público-Privadas, algo que mais tarde foi “expandido pelo governo Dilma”, enquanto ações estratégicas do Estado para induzir o crescimento econômico e fortalecer o setor privado no Brasil. Fato este que se torna evidente na educação pública brasileira com inúmeros programas e projetos implementados pelo governo federal, tanto na definição de políticas educacionais nacionais, como os Planos Nacionais de Educação (PNE), quanto no financiamento oferecido ao setor privado para execução das ações de parcerias com governos estaduais ou municipais em seus respectivos sistemas de ensino (Whaiter; Guimarães-Iosef, 2016).

Nesses moldes, o gerencialismo aplicado às políticas públicas brasileiras é o que Newman e Clarke (2012) definem como mercadificação do setor público, pois o gerenciamento em questão modifica as relações entre o Estado e a sociedade para executar e até mesmo defender as reformas executadas pelo setor privado, de modo que a prestação dos serviços públicos seja repassada às parcerias público-privadas. Esse modelo de gestão pública constitui-se como disperso, por estimular a maior diversidade possível de envolvimento do setor privado no financiamento e na prestação dos serviços públicos (Peroni, 2018; Newman; Clark, 2012).

As parcerias público-privadas são anunciadas como mecanismos de gestão que “mediam e fazem” a privatização da educação pública. Ao atuarem neste setor, são permissivas às várias coordenações, ao mesmo tempo, definindo e implementando os serviços públicos funcionando como os mecanismos de governança na educação (Robertson; Verger, 2012). A existência de várias coordenações na gestão da educação como os organismos internacionais, organizações sociais, institutos sem fins lucrativos, empresas e fundações pode, entretanto, reforçar a constante fragmentação das políticas educacionais que são repassadas às redes de parceiros que executam modelos para solucionar os déficits educacionais (Cêa, Braz, Paz, 2020); Inácio da Silva, Santos, 2022).

Esse movimento na gestão da educação produz uma privatização mais horizontalizada, uma vez que as parcerias atuam de forma simultânea na educação pública, funcionando como redes difusas e amplas na definição das políticas educacionais (Cassio *et al.*, 2020). Para autores como Cassio *et al.* (2020) e Avelar e Ball (2017), esse processo efetuado pelas parcerias público-privadas é chamado de heterarquização, um modelo de organização que é permissivo a um processo “deshierarquização do Estado”, por retirar dos governos sua função de centralidade e compartilha-lá com agentes privados de forma horizontal.

A heterarquização na gestão pública pode ser visualizada nas redes de ensino, ao termos a ação de várias parcerias público-privadas, sendo funcionais e executando ações voltadas à oferta, currículo e gestão da educação, de forma direta, ou em outros casos com agendas políticas que, indiretamente, influenciam e determinam as políticas educacionais (Cassio *et al.*, 2020). Em virtude disto, relacionamos essa heterarquização promovida pelas parcerias público-privadas à governança da educação, uma vez que ambos os conceitos, na realidade dos sistemas de ensino, complementam-se e facilitam as ações do empresariado na gestão da educação pública.

Consideramos a governança da educação um conjunto articulado e plural de arranjos institucionais na área educacional, em que prevalecem os interesses hegemônicos de acumulação do capital, sob a coordenação e

regulação do Estado (governos), já que esta forma de gestão é considerada a ideal para satisfação de tais interesses (Braz, 2019). Logo, a governança consiste em uma rede de parcerias, bem mais ampla que os governos, pois as alterações realizadas para aumentar a influência das empresas privadas e instituições sem fins lucrativos são os novos ideais dos governos na prestação dos serviços educacionais (Tripoddi; Souza, 2016).

Segundo Peroni e Caetano (2016, p. 411), a governança modifica substancialmente as relações entre o Estado e a sociedade, “[...] tornando-as mais fluídas” para que o setor privado possa desempenhar a prestação dos serviços educacionais, de forma heterarquica, visto que a dispersão de ações para a rede de parceiros estimula uma maior diversidade de organizações empresarias na construção de um projeto de educação único e global.

Segundo Dale (2010) e Robertson e Dale (2017), a governança impõe o papel de ultrapassado aos Estados Nacionais, de modo que os mesmos não possam mais ser considerados o ator mais importante na educação, pois as combinações e/ou coordenações a serem feitas pelos agentes de governança/parceiros compõe atividades amplas dos serviços educacionais, são elas: financiamento, disponibilização ou prestação, propriedade e regulação. Tais atividades educacionais são amplas e múltiplas, o que permite serem executadas de forma coletiva por uma rede de parceiros, desde que se mantenha o Estado como o regulador de último recurso, ou seja, o responsável em solucionar os problemas nos serviços educacionais, até mesmo aqueles causados pela rede de parceiros e/ou agentes de governança (Dale, 2010).

Desta forma, a governança pode se encerrar como um recurso que oferece “soluções generalizadas” ancoradas em orientações globais, ao qual se pode tentar não tomar suas explicações como imediatamente certas (Robertson; Dale, 2017), uma vez que a utilização do termo governança na administração pública demonstra uma série de propostas empresariais que, ao serem explicadas, reforçam a produção de

orientações que se expandem e tornam-se difusas na execução das atividades educacionais (Gallon; Severo, 2015).

A ideia de governança utilizada neste texto é a de Shiroma e Evangelista (2014), pois trataremos do “interesse dos governos” em executar diversas parcerias público-privadas com o empresariado brasileiro, tornando-se dependentes dessas interações com as parcerias para executar as atividades educacionais. Isto é, a governança aqui é entendida como o compartilhamento das responsabilidades do Estado com o empresariado, em que os membros destas instituições passam a ocupar cargos dentro do próprio governo e, conseqüentemente, formam uma rede de interações fluídas e sutis agregando novos parceiros para compor as reformas de políticas educacionais (Shiroma; Evangelista, 2014).

Essa rede de interações é o que nomeamos de heterarquização, pois o ambiente benéfico para o empresariado independe dos governos adotados, já que as ações dos parceiros criam uma rede de articulações que, estrategicamente, interage com outras políticas e governos na expansão da governança (Cassio *et al.*, 2020). Borges (2003) afirma que a governança não tem preferência por formas específicas de governo para executar as atividades coordenadas, visto que a questão de uma educação de qualidade é de interesse público, por isto, caso os governos falhem, haverá a possibilidade de articulação com outros governos com interesse em firmar parceria.

Neste contexto, a governança da educação passou a ser vista como um tema abrangente interligado ao desenvolvimento social e humano, visto que, “[...] ao invés das reformas burocráticas e gerenciamento da política econômica [...]” (Neto, 2018, p. 65), o empresariado começou a organizar grupos e movimentos neutros e apolíticos que pudessem transformar o contexto educacional brasileiro (Motta; Andrade, 2020). Tal preocupação fez surgir no Brasil dois grandes promotores da governança da educação, o Movimento Todos Pela Educação (Martins, 2009) e o GIFE (Sakata, 2020), que orientam o empresariado brasileiro a um protagonismo social de novo tipo, visto que transformam a educação em um nicho de mercado em que

atividades educacionais tornam-se objeto de uma governança que favoreça o desenvolvimento econômico (Mota; Andrade, 2020).

Cabe destacar que o desenvolvimento social em questão está impregnado por dimensão “política e ideológica” que favorece o empresariado na conservação da hegemonia burguesa, como na resolução dos problemas sociais (Neto, 2018). De acordo com Lopes e Shiroma (2011), o Todos Pela Educação e o GIFE têm como objetivo agregar instituições parceiras que se comprometam e se responsabilizem pelos projetos e programas que levam a hegemonia burguesa forjada pelo empresariado para as redes de ensino, assim implementando a governança na educação.

Nesta perspectiva, a governança tem como uma das questões de fundo a reposição da hegemonia burguesa na edificação de um projeto de sociabilidade que garanta o desenvolvimento, tendo como base a coesão social (Shiroma; Evangelista, 2014). Para que se cumpra, a governança depende da participação da sociedade, mas uma participação restrita e despolitizada, que defenda e colabore com a legitimidade política das ações de parcerias, por meio do voluntariado e outras práticas “socialmente responsáveis” que estabeleçam o consentimento ativo (Martins, 2009).

Segundo Braz (2019, p. 65), o “consentimento ativo” da sociedade é fundamental para implementar a governança na educação, uma vez que os sujeitos que fazem parte das redes de ensino e governos são essenciais para que as reformas políticas obtenham o sucesso; ou seja, que não se tornem meros documentos sem efetividade no sistema de ensino. Por isto, a aceitação dessas reformas nas políticas educacionais deve ser vista como uma colaboração do setor privado, o qual defende a educação pública como um bem social, sendo dever de todos (governos e empresariado) garantir uma educação de qualidade nos sistemas públicos de ensino (Borges, 2003; Martins, 2009; Estormovski; Esquinsani, 2022).

Pelo que foi discutido até aqui, é possível inferir que os governos que assumem a estrutura do Estado permanecem presentes na formulação de políticas, que inclusive são os parceiros legítimos da governança, e que mesmo havendo a heterarquização nas atividades educacionais, os

governos permanecem os responsáveis pela execução dos serviços educacionais. Isto torna a busca pelo consentimento ativo das redes de ensino e de seus profissionais como essencial para execução das atividades, fazendo-os assumir o compromisso político de exercer suas funções conforme as orientações dos mecanismos da governança da educação (Shiroma; Evangelista, 2014; Lopes; Shiroma, 2011).

O conceito de governança tem ganhado destaque em contextos e campos diferentes de estudo e intervenções nas políticas educacionais. Sustentados nesses fundamentos, observamos novas práticas e direcionamentos amplos e coesos para educação pública, uma vez que o projeto de educação do empresariado tem sido entrelaçado por todos os mecanismos de governança, os quais tentaram explicar como a dinâmica da sociedade civil tem sido modificada para atuar na defesa das reformas nas políticas educacionais e, conseqüentemente, na agenda de interesses do empresariado para educação pública.

Segundo Araújo e Nascimento (2020), o Todos Pela Educação tem sido o principal articulador do projeto de educação do empresariado em âmbito nacional, inclusive ao direcionar políticas educacionais que propõem reformas na formação de professores, avaliação externa, gestão e aperfeiçoamento da governança nos processos de ensino aprendizagem. Essas reformas na educação representam os interesses das 32 instituições⁴ privadas que compõem o Todos Pela Educação, algo que nos permite afirmar sobre a ideia de projeto de educação do empresariado, pois cada vez mais a educação pública tem sido direcionada e influenciada pelas propostas executadas pelas parcerias com as instituições parceiras do Todos Pela Educação.

Cabe destacar que o protagonismo do Todos Pela Educação e do GIFE na definição e construção desse projeto de educação do empresariado acontece devido à capacidade de interlocução que seus representantes exercitam em diversos setores da educação brasileira,

⁴ As presentes informações foram retiradas dos documentos Educação Já e do site oficial, no item organizações participantes (Todos Pela Educação, 2022; 2023).

garantindo um lugar de prestígio na definição das políticas educacionais, uma vez que tentam formar a opinião de outros segmentos da sociedade civil a aderirem e apoiarem o projeto educacional que representam na defesa dos interesses do empresariado brasileiro (Martins; Krawczyk, 2018).

Movimento Todos Pela Educação e GIFE: a agenda política para educação básica

O contexto de privatizações na educação pública brasileira tem acontecido de forma sutil, com o enraizamento das parcerias que funcionam como redes de governança na educação que, para implementar os interesses do empresariado brasileiro nos sistemas de ensino público, difundem-se em ações vastas e imprecisas na oferta, currículo, gestão, instrumentos tecnológicos e formação de professores para solucionar os problemas que impactam diretamente no desenvolvimento socioeconômico na defesa de um projeto de educação global (Adrião, 2018; Martins; Krawczyk, 2018; Estormovski; Esquinsani, 2022).

Segundo Mota e Andrade (2020, p. 66), a “organicidade do empresariado brasileiro” tem inserção na educação como face do projeto hegemônico da classe dominante, no qual se cria um coletivo de Institutos, Fundações, Organismos Internacionais e Associações que exercem a sua capacidade dirigente atuando dentro da gestão pública da educação. Fato este que Robertson (2012) alerta para a interlocução das iniciativas empresariais nacionais e as internacionais na criação de uma agenda global para educação como estratégia política de regulação do capital.

O empresariado brasileiro se organiza em dois grandes conglomerados, o Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (GIFE) e o Movimento Todos Pela Educação; estas organizações tem interesses comuns na gestão da educação pública, e em que alguns momentos se entrelaçam por serem associadas às mesmas Instituições ou Fundações Empresariais atuantes nos sistemas de ensino brasileiro⁵, seguindo os mesmos

⁵ O GIFE conta com mais de 50 institutos e fundações em sua rede de parceiros, já o Movimento Todos pela Educação tem cerca de 40 instituições em sua rede de parceiros.

direcionamentos políticos internacionais (Araújo; Nascimento, 2020; Dávila, 2020; Sakata, 2020; Martins, 2009).

Embora o GIFE e o Todos Pela Educação atuem de forma independente, ambos se constituem como organizações que trazem a prerrogativa do investimento social, tentando gerar impacto positivo na educação ao exercerem ações e orientações políticas que visam melhorar a qualidade da educação e resolver os problemas que possam impactar o desenvolvimento econômico do país (Araújo; Nascimento, 2020; Dávila, 2020; Sakata, 2020; Martins, 2009). Ambas as instituições fazem parte da sociedade civil, que têm a missão de organizá-la reunindo diversos atores como Instituições, Fundações, Empresas e Associações sem Fins Lucrativos, Organismos Internacionais que desejam colaborar com a educação pública brasileira (Dávila, 2020; Martins, 2009; Inácio da Silva, Santos, 2022).

Os interesses do GIFE e do Todos Pela Educação são similares na educação pública brasileira ao implementarem programas e projetos que almejam adequar os sistemas de ensino a uma agenda única e global para educação (Dale, 2004; 2010). Essa agenda consiste em um direcionamento político encaminhado pelos organismos internacionais que visualizam a educação como espaço estratégico para ajudar aos países subdesenvolvidos a cumprirem as metas estabelecidas pelos índices de desenvolvimento, que visam eliminar a pobreza com investimentos em capital humano (Bernussi, 2014).

Desta forma, os organismos internacionais demarcam um espaço estratégico nas ações do GIFE e do Todos Pela Educação por exercerem o papel de direcionamento político de seus projetos nos sistemas de ensino, mesmo que isto aconteça de forma indireta, pois a ideia central dessas ações é estabelecer a governança na educação pública (Dale, 2004, 2010; Robertson; Verger, 2012). Em outros termos, a lógica impregnada nas políticas educacionais brasileiras consiste na formação de networkings que

Dentre estes, 8 institutos se repetem e tem presente constante nos sistemas educacionais brasileiros (Gife, 2023; Todos pela educação, 2023).

articulam em nível global as ações que utilizam o mercado como referência de gestão a ser seguida pelos sistemas educacionais (Ball, 2012).

Dentre os organismos internacionais que colaboram com o GIFE e Todos Pela Educação, têm ganhado destaque, a partir de 2018, os direcionamentos políticos das associações ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), tais como o PNUD e a UNESCO, que participaram ativamente da elaboração de orientações e relatórios produzidos para educação brasileira organizados pelo GIFE e Todos Pela Educação (Gife, 2023; Todos pela educação, 2020). A UNESCO tem um papel fundamental nos relatórios do Todos Pela Educação nas ações para a primeira infância, algo que envolve as práticas e políticas para a educação infantil na expansão deste nível de ensino como uma estratégia prioritária no combate à pobreza (Todos pela educação, 2022b).

No que se refere ao PNUD, as ações relacionadas ao GIFE e Todos Pela Educação são mais amplas por estarem relacionadas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda Política para 2030⁶, especialmente os ODS 4 (quatro) e 17 (dezessete), que fazem referência à Educação de Qualidade e à Erradicação da Pobreza (Sakata, 2020). Tal agenda política contém 17 (dezessete) objetivos e reúne 169 metas que almejam consolidar parcerias de forma global em prol do desenvolvimento, a qual objetiva promover a governança para estruturar o trabalho social capaz de vencer a pobreza (Pnud, 2022).

Segundo Bernussi (2014) e Machado e Pamplona (2010), a função do PNUD como organismo internacional na educação pública brasileira tem como prioridade a educação básica, por ser considerado elemento estratégico para recomposição do desenvolvimento, pois com acesso à educação, os sujeitos podem se tornar socialmente produtivos dentro do sistema capitalista. Esse interesse econômico na educação tornou-se o eixo

⁶Em setembro de 2015, líderes mundiais e representantes da sociedade civil reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Esse plano, conhecido como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, resultou na criação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se baseiam nos antigos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Ver mais em: <www.unodc.org>.

das discussões e projetos organizados pelo GIFE, já que para os seus associados/parceiros, investir na qualidade da educação é visto como uma oportunidade de obter retorno imediato no aprimoramento da gestão pública e na inovação de práticas para a formação dos sujeitos que precisam sair da escola apta a lidarem com as novas exigências do mercado (Sakata, 2020; Estormovski; Esquinsani, 2022).

Isto implica em dizer que o GIFE executa ações na educação pública brasileira utilizando a prerrogativa do Investimento Social Privado para formar uma rede filantrópica que catalisa recursos privados para contribuir em ações consideradas de interesse público de forma efetiva (Gife, 2023). Algumas destas ações do GIFE são direcionadas à educação no projeto denominado de Filantropia Colaborativa, sendo este o setor responsável por definir as pautas e movimentos a receberem os investimentos de seus associados, os quais são orientados sobre os projetos que devem apoiar nos sistemas de educação pública (Gife, 2020).

Segundo o relatório do Projeto Filantropia Colaborativa, a principal ação na educação apoiada financeiramente foi à formulação do documento “Educação Já”, organizado pelo Todos Pela Educação durante a instabilidade política de 2018, vivenciada no Brasil durante a campanha eleitoral para presidente da república (Gife, 2020). Isto é, as ações do GIFE na área da educação são direcionadas pelo Todos Pela Educação por considerá-lo um movimento idôneo capaz de articular em âmbito nacional os principais sujeitos da sociedade civil (políticos, pesquisadores, profissionais da educação, institutos públicos e privados) que devem discutir sobre os rumos da educação e os investimentos a serem feitos (Gife, 2020).

Desta forma, a junção do GIFE e o Todos Pela Educação se pronunciam como um movimento apartidário que trabalha para estabelecer “[...] ações estruturantes que possibilitem a aceleração de melhorias e um salto qualitativo da educação pública brasileira” (Gife, 2020, p. 152), inclusive por reunir lideranças capazes de discutir sobre as lacunas que impedem o desenvolvimento educacional do Brasil. É perceptível a dimensão que o GIFE e o Todos Pela Educação ocupam na educação

brasileira pela sua rede de influência na sociedade civil para defesa da filantropia empresarial⁷, ao qual se relacionam e executam ações que tornam-se programas e projetos que objetivam cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 (quatro) e 17 (dezessete) nos sistemas de ensino estaduais e municipais da educação pública brasileira (Sakata, 2020; Martins, 2009; Souza; Silva, 2023).

O papel do Todos Pela Educação é estratégico na organização da política educacional brasileira, pois, ao mesmo tempo em que não se assume como representante do empresariado, faz uso da filantropia empresarial para adquirir investimentos e garantir sua capacidade de coalizção para direcionar a educação pública brasileira a seguir os parâmetros requeridos pelos organismos internacionais, como é o caso do PNUD (Avelar; Ball, 2017; Martins, 2009), visto que a autodefinição de movimento apartidário permite ao Todos Pela Educação a defesa da educação como uma pauta de responsabilidade de toda a sociedade, inclusive do empresariado, que deve mobilizar-se para colaborar com a educação em prol do desenvolvimento socioeconômico (Martins; Krawczyk, 2018).

Portanto, o Todos Pela Educação é uma organização independente do GIFE, que consiste em um movimento apartidário que recebe apoio e doações do GIFE e sua rede de parceiros, o que as faz guiarem-se pelos mesmos objetivos de desenvolvimento nas ações e projetos desenvolvidos na educação pública (Martins; Krawczyk, 2018). A grande maioria dessas ações do GIFE e do Todos Pela Educação tem como foco os resultados nas avaliações nacionais e internacionais, que se torna o parâmetro de qualidade da educação e orientam as reformas promovidas por suas instituições parceiras para a governança dos sistemas de ensino, ao modificarem o currículo escolar, práticas pedagógicas, as formações

⁷ A ideia da filantropia empresarial encontra-se interligada à responsabilidade social que os grupos empresariais têm em torno da educação (Avelar; Ball, 2017). Similar a ideia de filantropia empresarial, o Gife (2020) criou projetos que defendam o conceito de filantropia colaborativa que consiste, em uma ênfase na responsabilidade social, o qual é missão do setor empresarial é uma ação coletiva que mobilize a alocação e/ou doações dos recursos financeiros que sejam voltadas ao bem público, como é o caso da educação.

continuadas e a gestão da educação como um todo (Sakata, 2022; Martins; Krawczyk, 2018).

As relações exercidas pelo GIFE e o Todos Pela Educação na gestão da educação pública brasileira formam uma heterarquia ao sugerir a “expansão das redes de governança” em detrimento da flexibilização exigida pelos parâmetros do Estado neoliberal (Dávila, 2020, p. 55). Segundo Olmedo (2013, p. 476), a heterarquia consiste na capacidade que as instituições obtêm de “influenciar atividades e/ou políticas”, sem necessariamente ocuparem cargos ou terem relações efetivas de parcerias com os governos e/ou sistemas de ensino.

Segundo o Relatório Educação Já, do Movimento Todos Pela Educação, a abrangência dessas ações alcança 14 (catorze) estados brasileiros, que despontam como referência nacional ao executar programas para formar um conjunto sistêmico e integrado de educação apoiado pelo empresariado brasileiro (Todos Pela Educação, 2022). Os estados brasileiros que executam projetos inspirados no Regime de Colaboração defendido pelo Todos Pela Educação que apresenta como modelo a educação do Estado do Ceará são: Amapá, Alagoas, Espírito Santo, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Paraná, São Paulo Sergipe, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, que contam com parcerias com o Instituto Natura⁸, na área da alfabetização, por meio da iniciativa chamada de Parceria de Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC) (Todos Pela Educação, 2020; 2022).

A amplitude das ações do Todos Pela Educação nos sistemas de ensino público brasileiro é articulada pelo empresariado com o apelo ao Regime de Colaboração entre o estado e seus municípios, estes tornando-se o ponto chave para reformarem os processos educativos utilizando os critérios da meritocracia para os alunos, professores e escolas pública e o conceito de *accountability* para estruturar a gestão da educação pública

⁸ De acordo com Souza e Silva (2023, p. 7), o Instituto Natura foi criado em 2010 pelo grupo empresarial Natura com o propósito de ampliar os investimentos em Educação, sendo uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos e econômicos, que apresenta possuir como objeto social a transformação da sociedade.

(Todos Pela Educação, 2022a). As iniciativas do Todos Pela Educação e do GIFE fazem parte de um movimento nacional que conta com uma rede de parceiros buscados pelos governos (federal, estadual e municipal) para funcionar como uma rede de filantropia em torno da educação pública, em um modelo de sistema político único capaz de regular e direcionar a gestão dos sistemas de ensino a alcançar os mesmos objetivos de desenvolvimento educacional (Avellar; Ball, 2017).

Os objetivos de ensino se expandem em ações em todos os níveis de ensino da educação básica, em que o papel da rede de parceiros do GIFE e do Todos Pela Educação é disseminar o mesmo modelo educacional nos sistemas de ensino parceiros, modificando apenas a nomenclatura do projeto para atender às demandas dos governos, mas os princípios das ações de parceria com as secretarias de educação são similares para alcançarem o mesmo tipo de governança na prestação dos serviços educacionais públicos (Motta; Andrade, 2020; Sakata, 2020), uma vez que todas as ações nos níveis de ensino são articuladas para alcançar as metas estabelecidas pelo GIFE e o Todos Pela Educação, seja na busca por resultados avaliativos ou no funcionamento da gestão escolar e na resolução de problemas sociais como a violência (Todos Pela Educação, 2022b).

Desta forma, destacamos que estes modelos educacionais permitem a ampla atuação do setor privado na educação pública, facilitando a venda dos pacotes e/ou programas de ensino por terem a mesma organização e coordenação que funcionam como redes em diferentes estados e gestão dos sistemas de ensino públicos (Araújo; Nascimento, 2020; Motta; Andrade, 2020). Tais programas de ensino se adequam aos principais requisitos da política educacional brasileira, em que vemos a influência do Todos Pela Educação na formulação de documentos como a Base Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o novo FUNDEB, em que a presença dos sujeitos e instituições representantes deste movimento participam de forma ativa na formulação e aprovação da legislação brasileira de forma colaborativa (Todos Pela Educação, 2022a).

Segundo Cêa, Silva e Santos (2019), o histórico em torno do Movimento Todos Pela Educação é permeado de políticas educacionais que buscam o consenso da sociedade, pois antes mesmo de tornar-se a bandeira do empresariado brasileiro, o Todos Pela Educação era signatário na definição de políticas nacionais, como o próprio PNE nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ou seja, os programas orientados pelo Todos Pela Educação nos sistemas de ensino público são monitorados e surgem das urgências da educação básica, encontradas na história dos governos brasileiros, de modo a planejar em sua agenda políticas que definam os rumos nos próximos 10 (dez) anos da educação básica sob orientação do empresariado representado por sua rede de parceiros (Todos Pela Educação, 2022a).

Isto significa dizer que a privatização dos sistemas de ensino brasileiro acontece, inicialmente, com uma relação de parceria com as Instituições e Fundações que fazem parte do GIFE e do Todos Pela Educação para organização da gestão e política educacional (Araújo; Nascimento, 2020; Olmedo, 2013). Em seguida, busca-se a continuidade dos programas de ensino, a partir da articulação e o consentimento ativo dos profissionais das redes de ensino para executar as orientações e reformas educacionais direcionadas pelas parceiras, o que chamamos de governança da educação (Braz, 2019; Cêa; Paz, Braz, 2020).

Considerações finais

A governança da educação pública é tida como a forma de gestão ideal do empresariado brasileiro, pois a crescente articulação de representantes da sociedade civil, como é o caso do Todos Pela Educação e do GIFE no direcionamento das principais políticas educacionais que organizam os sistemas de ensino, reafirmam os interesses privados no projeto de educação em vigor. Embora se utilize novos termos, como heterarquização, para explicar a permissividade do Estado (governos) na descentralização dos serviços educacionais ao repassar inúmeras ações que são de sua responsabilidade à coordenação das parcerias público-privadas,

o que evidenciamos é a rápida expansão da governança como instrumento estratégico para solucionar e/ou discutir os principais desafios da educação básica no que se refere ao desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, o Todos Pela Educação tem se prontificado a criar diversos pactos sociais capazes de resolver os problemas da educação e, conseqüentemente, orientar como as políticas educacionais no Estado brasileiro devem ser executadas nos sistemas de ensino. Devido à rede de parceiros do Todos Pela Educação, podemos observar sua influência em todo território nacional, em que a maioria dos programas e projetos nos sistemas de ensino seguem as principais cartilhas deste movimento, ou estabelece parcerias diretas com Institutos e Fundações que representam seus interesses nos sistemas de ensino em nível federal, estadual e municipal.

Dado o exposto, a fluidez da governança da educação pública se expande conforme surgem as novas demandas dos governos que, de forma independente, articulam-se ao GIFE para estruturarem projetos e programas que recomendam a filantropia como solução para a gestão dos sistemas de ensino. A relação entre o GIFE e o Todos Pela Educação gira em torno da defesa dessa necessidade da filantropia do empresariado em colaborar com a educação, além dos diversos institutos e fundações que fazem parte de ambas instituições, ao representarem seus interesses na execução de programas que interferem na formulação das políticas educacionais na forma de gerir a educação pública.

Por fim, consideramos que a influência do GIFE e do Todos Pela Educação na educação pública brasileira parte dos processos de privatização e mercantilização exercidos pelo Estado neoliberal, algo que vem sendo disseminado em âmbito global pelos organismos internacionais por meio de instituições como o PNUD, que exerce o papel de direcionar as políticas a um projeto único de educação global. De acordo, o com o ideal preconizado pelo empresariado na governança da educação pública, é de suma importância a participação de todos os sujeitos que fazem a educação na implementação das reformas educacionais, inclusive é papel da própria sociedade civil colaborar, apoiar e defender as políticas

educacionais que são tidas como capazes de resolver os déficits educacionais, mas que, no fim das contas, representam a privatização e mercantilização da educação pública, ao mesmo tempo que representam os interesses hegemônicos da classe dominante.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, USP, v. 18, n. 1, 2018, p. 8-28 DOI: 10.1590/ES0101-73302016157604. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalle/1182464>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

ADRIÃO, T. M. F. *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites á efetivação do direito à educação. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 37, nº 134, 2016, p. 113- 131. DOI: 10.1590/ES0101-73302016157605. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/XvqBzgdPyJRdkZHw4dKRFd/abstract/?lang=pt> Acesso em: 08 de ago. 2023.

ARAUJO, G. C.; NASCIMENTO, R. P. "Educação Já!" e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do sistema nacional de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 3, 2020, p. 1-21. DOI:10.1590/0104-4060.77534 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rBG8CYMkBbgqD4T4LpT3ytS/>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards in brazil. **International Journal Of Educational Development**, Ucl, v. /, n. p. 1-9, 2017. DOI:10.1016/j.ijedudev.2017.09.007. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/11/avelar-ball-ijed-paper.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BALL, S. J. **Global Education Inc.:** New policy networks and neoliberal imaginary. New York: Routledge, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

BERNUSSI, M. M. **Instituições internacionais e educação:** a agenda do Banco Mundial e do education for all no caso brasileiro. Dissertação – Mestrado, USP, São Paulo, 2014.

BORGES, A. Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciência Sociologia**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2003, p.

128-138. DOI: 10.1590/S0102-69092003000200007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18069.pdf>. Acesso em: 12 dez. de 2018.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRAZ, E. P. V. **Governança da educação pública em Maceió**: uma análise do programa Viva Escola (2013-2018). Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019, 153 p.

CÁSSIO, F. *et al.* Heterarquização do Estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 41, 2020, p. 1-21. DOI: 10.1590/ES.241711. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kxDYrrv3sTJVFWhpTHZ7vc/?format=html> Acesso em: 15 jul. 2019.

CÊA, G. S. S. Mediações entre crise do capital e parcerias público-privadas em educação: elementos para discussão. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO: de O capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917), 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: NIEP-Marx, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/eR4Tki>. Acesso em: 20 set. 2018.

CÊA, G. S. dos S.; SILVA, S. R. P.; SANTOS, I. M. "De Educação " para "Todos para Todos Pela Educação " : diacronias e sincronias da ofensiva do capital na educação. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. IV, nº 06, 2019, p. 181-210. DOI: 10.29404/rtps-v4i6.252. Disponível em: <http://www.costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/252> Acesso em: 18 jul. 2020.

CÊA, G. S. S.; BRAZ, E. P. V.; PAZ, S. R. P. Elementos da governança da educação pública da Rede Municipal de Maceió: a parceria SEMED/PNUD e o Programa Viva Escola. In: **Políticas e gestão da educação brasileira em cenário alagoano**. Ed. Anpae, Brasília, 2020. p. 65-80.

DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociologia**, Campinas, v. 31, n. 113, 2010, p. 1099-1120. DOI: 10.1590/S0101-73302010000400003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/03.pdf>. acessado em: 23 set. 2018.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? **Educação & Sociologia**, Campinas, v. 25, n. 87, 2004. p. 423-460. DOI: 10.1590/S0101-73302004000200007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/?format=html&lang=pt>: Acesso em 10 abr. 2019.



DÁVILA, C. M. **Governança filantrópica nas redes estaduais de ensino: a sociedade civil organizada e a política de educação integral.** UNICAMP, Campinas, p. 208, 2020.

ESTORMOVSKI, R. C.; SIQUEIRA ESQUINSANI, R. S. Parcerias na educação: distintos percursos traçados para a privatização do conteúdo da escola básica. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 01-24, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1742. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1742>. Acesso em: 14 jul. 2024.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teóricos- metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas.** Ed. FURG, 2018. p. 3-31.

GALLON, S.; SEVERO, M, B. Debate Teórico em Torno do Tema Governança: Reflexões Preliminares. **Revista de Cultura Política** v.1, n. 1, 2015, p.65-769 DOI: 10.1590/S0101-73302010000400003. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/27373/17224> Acesso em dez. 2018.

GIFE. **Filantropia Colaborativa**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/filantropia-colaborativa> Acesso em: 15 de jul. 2023.

GIFE. **Quem Somos**, 2023. Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/> Acesso em: 15 de jul. 2023.

INÁCIO DA SILVA , N. F. .; SANTOS, I. M. dos. Rede de relações do Instituto Ayrton senna: articulações para o substanciamento das parcerias público-privadas entre o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Municipal de Educação de Maceió-AL. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1-24, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1682. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1682>. Acesso em: 14 jul. 2024.

LEHER, R. Reforma do Estado: o privado contra o público. **Revista Trabalho, Educação e Saúde.**, UERJ, v. 1, n. 2, 2003. p. 20-208. DOI: 10.1590/S1981-77462003000200003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n2/03.pdf> Acesso em: 12 abr. 2019.

LOPES, K. C.; SHIROMA, E. O. Interesses privados na educação pública: estudo sobre a Rede GIFE. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2011, Salvador. **Anais**, XI- CONLAB, UFBA. Disponível em: <https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/04/interesses-privados.pdf> Acessado em: 02 mai. 2024.

- MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. Caracterização e avaliação do desempenho do PNUD no Brasil segundo sua estratégia e forma de atuação. **Pesquisa & Debate.**, São Paulo, vol. 21, n. 1, 2010. p. 157-184. DOI:10.1590/E.241711. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/viewFile/7439/5429> Acesso em: 12 abr. 2019.
- MARTINS, A. S. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo Todos Pela Educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, 2009, p. 21-28. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.4i1.021028. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092009000100003&script=sci_abstract&lng=en Acesso em: 18 jul. 2019.
- MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, Campinas, v.31, n.1, p. 4-20, 2018. DOI: 10.21814/rpe.12674 Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674/10982> Acesso em: 18 jul. 2023.
- MELO, A. S. Os Organismos Internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, L. M. W. (org.). **A nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. Ed. Xamã, São Paulo, 2005. p. 70-85.
- MOTTA, V. A; ANDRADE, M. C. P. Empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, UERJ, 2020 p.64-84. DOI: 10.1590/ES.224423. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/54751> Acesso em: 08 ago. 2023.
- NETO, A. C. B. **Política nacional de formação de professores no Brasil (2003-2016) como expressão da governança global**. Tese- doutorado, UFSC, Florianópolis, 2018.
- NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432012000200003&script=sci_abstract Acesso em: 02 ago. 2023.
- OLMEDO, A. Heterarquias e "governança filantrópica" global na Inglaterra: implicações e controvérsias para o controle social das políticas sociais. **Revista Educação e Políticas em Debate** [S.L], v. 2, n. 2, p. 470-498, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24803/13794> Acesso em: 02 ago. 2023.
- PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, 2018. DOI:10.34626/esc.vi39.316. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/261801> Acesso em: 23 set. 2020.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, 2016, p. 407-428. DOI:10.1590/2175-623653910. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432016000200407&script=sci_abstract Acesso em: 18 jul. 2020.

PNUD (Brasil). **Sobre o PNUD**. 2022. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/>> Acesso em: 12 abr. 2023.

REIS, I. Governança e regulação da educação: Perspectivas e conceitos. **Educação, Sociologia & Cultura**, Porto, n. 39, p.101-118, 2013. DOI:10.34626/esc.vi39.316. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/07.IsauraReis.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ROBERTSON, S.; DALE, R. Comparando Políticas em um Mundo em Globalização: reflexões metodológicas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 859-876, 2017. DOI: 10.1590/2175-623670056. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/8mHQWxVgJ3FsNd33BykLcSr/?lang=pt> Acesso em: 18 jul. 2020.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociologia**: Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133- 1156, 2012. DOI: 10.1590/S0101-73302012000400012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/873/87325199020.pdf> Acesso em 23 set. 2018.

SAKATA, K. L. A Qualidade Educacional: da Agenda para 2030 para o desenvolvimento Sustentável ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 14, 2020, p. 1 -21. DOI:10.0.21.4/jpe.v14i0.77483. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-19692020000100117&script=sci_arttext Acesso em: 08 de ago. 2023.

SILVA, da G.; SILVA, A. V.; SANTOS, I, M. reformas, privatização e política educacional: tendências e riscos atuais. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 55, 2020, p.1-16. DOI: doi.org/10.5585/eccos.n55.8717. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1983-92782020000400106&script=sci_arttext Acesso em: 24 de out. 2024.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação & Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, 2014. DOI: 10.30612/eduf.v4i11.2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359/2246> Acesso em: 23 set. 2020.

SOUZA, A. L. L.; SILVA, A. F. A atuação do Instituto Natura na educação básica pública brasileira: dimensões e implicações sobre o direito à educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 17, Curitiba, 2023, p. 1-22. DOI: 10.1590/0102-



4698152412. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-19692023000100305&script=sci_arttext Acesso em: 08 de ago. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já! 2022**. contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na educação básica brasileira. São Paulo, 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação Já! Município: contribuições para o debate sobre políticas educacionais no contexto das eleições 2020. São Paulo, 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já!** Recomendações para a Primeira Infância para os governos federal e estaduais. São Paulo, 2022a.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já!** Alfabetização: recomendações de políticas de alfabetização para os governos federal e estaduais. São Paulo, 2022b.

TRIPODI, Z. F.; SOUSA, S. Z. A governança em rede na regulação da educação básica mineira: quem governa o quê? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.04, p. 297-321, 2016. DOI: 10.1590/0102-4698152412. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/9LHw8DjbrXBj9Pdf98scS5H/abstr>. Acesso em: 02 ago. 2023.

WATHIER, V. P.; GUIMARÃES-IOSIF, R. As múltiplas faces da governança no financiamento da educação: relações entre o TCU e a OCDE. **Fineduca**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2016. DOI: 10.17648/fineduca-2236-5907-v6-67756. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/download/67756/39141>. Acesso em: 18 jul. 2020.

Recebido em: 08 de junho de 2024.
Aprovado em: 23 de outubro de 2024.
Publicado em: 06 de janeiro de 2025.

